



**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 28.059/2022

RUBRICA: FOLHA: 38

Comissão de Pregão II

**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 169/2022**

Processo Licitatório nº: 19.469/2022

Processo de Impugnação nº: 28.059/2022

**REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 169/2022**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa especializada no fornecimento de ALIMENTAÇÃO TRANSPORTADA, sob demanda, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã pelo período de 12 (doze) meses.

**COOK EMPREENDIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA**

**IMPUGNADO: EDITAL**

01. Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **COOK EMPREENDIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA**, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, **tempestivamente**, contra os termos do Edital **Pregão Eletrônico n.º 169/2022**.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



**Comissão de Pregão II**

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

**I. DAS PRELIMINARES**

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

**II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

05. Em apertada síntese, a impugnante afirma que o edital apresenta várias irregularidades, dentre elas, a ausência de previsão no edital do devido registro na entidade profissional do atestado de capacidade técnica, qual seja, o Conselho regional de Nutricionistas (CRN), na forma do art. 30, § 1º da Lei n. 8.666/93.

*"A presente impugnação dirige-se contra a falta de previsão no edital do devido registro na entidade profissional no(s) atestado(s) que comprova a aptidão para o fornecimento de alimentação, cujo cumprimento é obrigatório como determina o art. 30, § 1º, da Lei 8.666/93, na prática, fragilizando a execução do serviço e do ponto de vista formal, trazendo nulidade ao certame..."*

06. Afirma, ainda, a existência de omissão quanto à data de início dos serviços, ressaltando que deve se assinalado em prazo razoável, não inferior a 30 (trinta) dias, a

**Comissão de Pregão II**

contar da assinatura do contrato, para à participação de empresas que não possuem cozinha industrial no Município de Nova Friburgo.

*"...em nenhuma parte do edital localizamos a data de início dos serviços, informação de suma importância, especialmente para as licitantes de fora do Rio de Janeiro....".*

07. Por fim, cita decisões em casos similares e requer:

**III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE**

08. Requer a impugnante que:

- a) "Seja revisto o item 21.2 para então prever a obrigatoriedade do registro do(s) atestado(s) de capacidade técnica na entidade profissional competente (Conselho Regional de Nutricionistas), conforme exigido pelo art. 30, §1º, da Lei 8.666/93.."
- b) "Seja incluído no edital e termo de referência a informação da data de início dos serviços, que tal prazo não seja inferior a 30 (trinta) dias úteis a contar da assinatura do contrato."

**IV. DA ANÁLISE DA AREA TÉCNICA**

09. Inicialmente cumpre destacar que, por se tratar de questões técnicas, foram encaminhados os questionamentos à área requisitante solicitando a análise das alegações suscitadas, bem como solicitado parecer à Procuradoria Geral Municipal quando aos aspectos jurídicos impugnados.

10. Em resposta, a Secretaria de Saúde, pugnou pelo provimento total da alegação quando ao registro do atestado de capacidade técnica devidamente averbado no



### Comissão de Pregão II

Conselho Regional de Nutrição (CRN) e acolheu parcialmente a impugnação para determinar o período de 05 (cinco) dias úteis para o início dos serviços após a assinatura do instrumento contratual, justificando que o prazo de 30 (trinta) dias é consideravelmente longo e acarretaria prejuízos imensuráveis, uma vez que seria necessário o fornecimento alimentício de forma emergencial até a empresa vencedora do procedimento licitatório se encontrar apta para a execução do serviço.

11. Afirma, ainda, que *"o prazo de 05 dias úteis a partir da assinatura do instrumento contratual não restringe o caráter competitivo da licitação, tendo em vista que a empresa vencedora tomará ciência a partir da data de publicação do Resultado de Julgamento do certame licitatório, dando a oportunidade de começar os preparativos a partir deste, somando com o período necessário para a elaboração da ata de Registro de Preços bem como o prazo pós assinatura do contrato"*.

12. Por fim afirma que tanto a necessidade de apresentação de atestado de capacidade técnica quanto o prazo para a execução do serviço serão implementados no Termo de Referência e no edital.

13. A Procuradoria Geral por sua vez, procedeu com a análise dos questionamentos, exarando parecer jurídico no qual em síntese pontuou que:

Quanto a exigência de atestado de capacidade técnica averbado junto ao CRN, pontuou que *"(...) se o CFN regulamenta a matéria, disposto sobre a emissão de registre dos atestados de capacidade técnica como prova de qualificação técnica para a participação em licitações, cuja expedição está condicionada ao preenchimento de diversos requisitos, dentre eles a consulta ao banco de dados a*

Comissão de Pregão II

*fim de obter informações sobre a prestação de serviços da interessada protocoladas e arquivadas nos Conselhos Regionais, s.m.j., deve tal exigência ser inserida no edital."*

14. A análise técnica do setor técnico requisitante, o parecer jurídico da Procuradoria Geral bem como a manifestação da Secretaria de Saúde, constantes nos autos do processo de impugnação n. 28.059/2022, são partes integrantes desta decisão, independente de transcrição.

**V. DA DECISÃO**

15. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, após análise e conclusão da Área Técnica e parecer jurídico da Procuradoria Geral Municipal, acolhido pela Secretaria requisitante, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **COOK EMPREENDIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA**, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 169/2022, e no mérito, **DOU PROVIMENTO PARCIAL**, pela alteração do Termo de Referência – Anexo I, e do Edital do Pregão 169/2022, com a nova redação incluída pela secretaria requisitante.

Nova Friburgo, 01 de dezembro de 2022



**JONATHAN PINHEIRO CHAVES**  
Pregoeiro / Comissão de Pregão II  
Matricula: 206.870